



# **ACREDITAR NO INTERIOR POR UM PORTUGAL MAIOR**

Proposta Temática do PSD Distrital de Castelo Branco ao  
43º Congresso Nacional do PSD

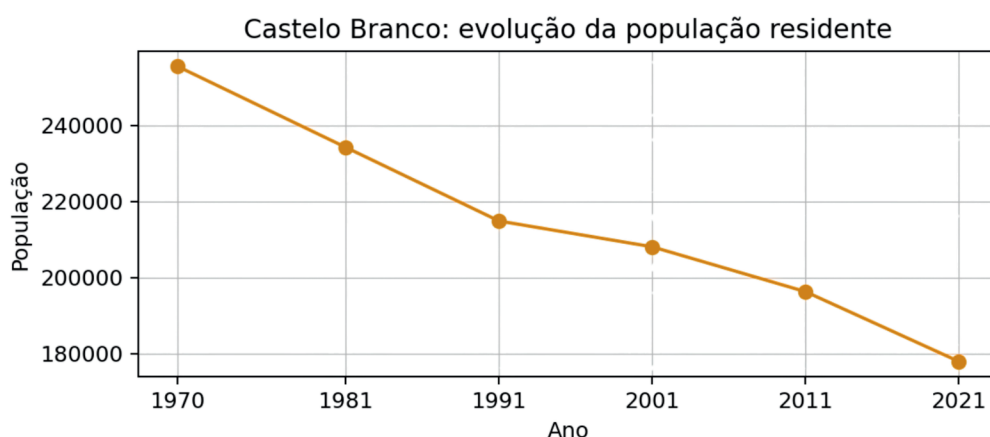
Primeira Subscritora:  
Camila Cid Ferreira Fernandes Torgal (255749)

**LIDERANÇA**   
**E COMPROMISSO**

## Diagnóstico: Portugal Preciso do Interior

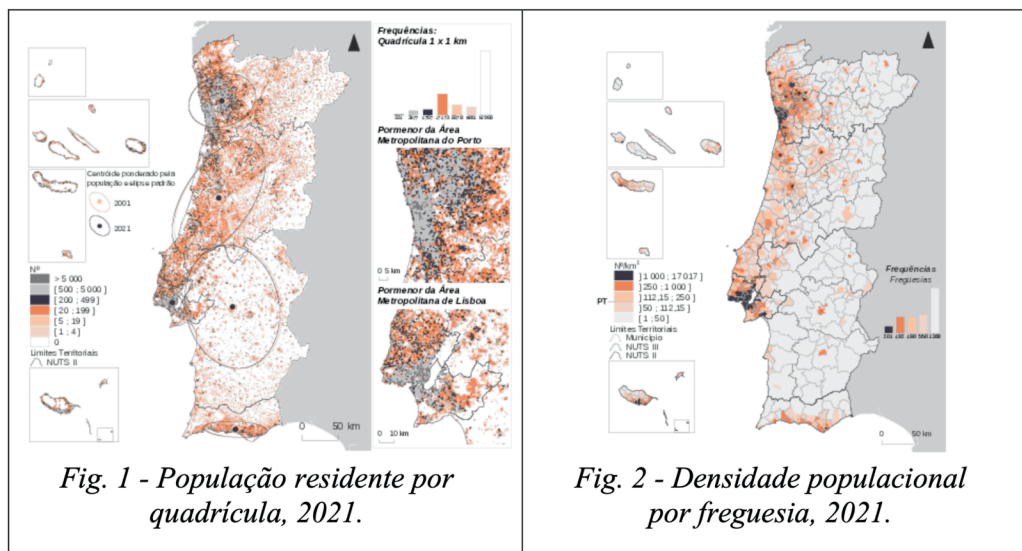
Portugal não pode continuar a crescer de costas voltadas para mais de metade do seu território. Durante décadas, opções políticas concentraram investimento, infraestruturas, serviços públicos e emprego qualificado no litoral, tratando o Interior como território de compensação e não de desenvolvimento.

O resultado é visível: o distrito de Castelo Branco perdeu cerca de 78 mil habitantes em cinco décadas, de 255.575 em 1970 para 177.912 em 2021.



Dados destacados: de 255.575 habitantes em 1970 para 177.912 em 2021 - menos cerca de 78 mil pessoas em cinco décadas.

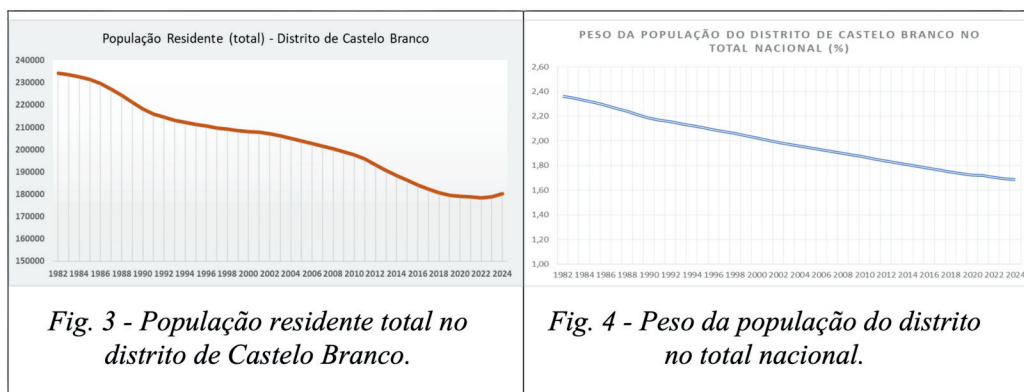
Os Censos 2021 confirmam que esta trajetória é estrutural, não conjuntural: entre 2011 e 2021, apenas uma minoria dos municípios portugueses registou crescimento populacional, sobretudo nas áreas metropolitanas e no Algarve.



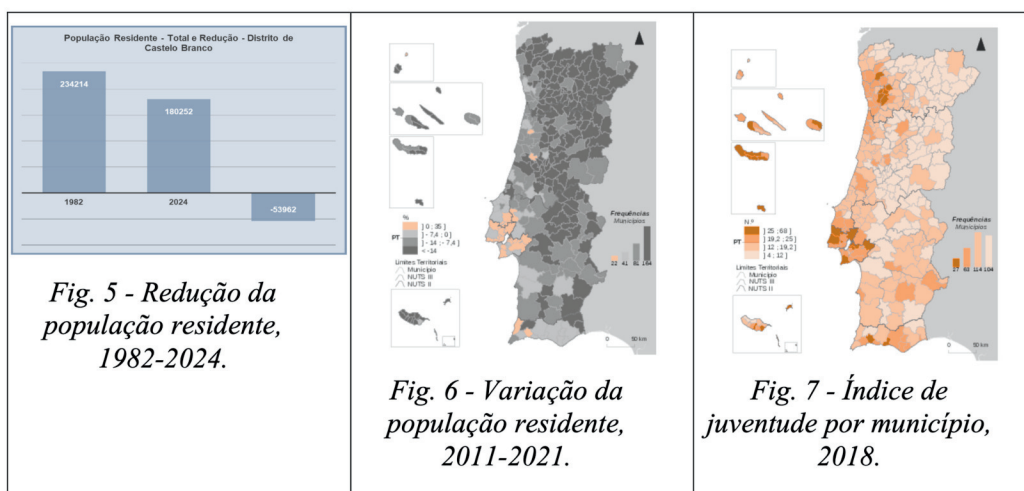
Sem o Interior, Portugal perde território económico, capacidade agrícola e florestal, segurança alimentar, água, energia, património, identidade e soberania. Mas perde também espaço para crescer de forma sustentável, equilibrada e duradoura.

Contudo, o despovoamento não é uma inevitabilidade, é uma escolha política reversível. Os grandes centros urbanos sufocam com habitação inacessível, congestionamento e sobrecarga de serviços públicos, enquanto o Interior dispõe de espaço, recursos estratégicos, instituições de ensino superior, qualidade ambiental e condições únicas para acolher novas centralidades económicas.

## Distrito de Castelo Branco: despovoamento, baixa densidade e potencial por ativar



A análise longitudinal mostra uma tendência continuada de redução da população residente e de diminuição do peso relativo do distrito no conjunto nacional. Mesmo quando alguns centros urbanos demonstram maior capacidade de retenção - como Castelo Branco, Covilhã e Fundão - vários concelhos registam perdas muito significativas, com especial intensidade em territórios raianos e de menor densidade.



Estudos europeus sobre a juventude rural confirmam que a maioria dos jovens quer permanecer nos seus territórios de origem: o que os leva a sair não é a rejeição das suas comunidades, nem parte de uma escolha, mas sim a concentração das oportunidades económicas, profissionais e académicas nos grandes centros urbanos do litoral, cada vez mais limitados.

O desafio não é convencer os jovens a regressar, é criar as condições para que possam escolher ficar.

Um país que abandona metade do seu território abandona metade do seu futuro. A coesão territorial não é um tema regional: é uma condição de justiça, competitividade e soberania nacional.



“Portugal: o Litoral - uma visão sem o Interior”

## **Propostas: Uma Agenda Integrada para o Interior**

### **Habitação, juventude e fixação de população**

Portugal não resolve a crise da habitação construindo apenas nos grandes centros. É necessária uma política nacional de redistribuição territorial da população, do investimento e dos centros produtivos.

Muitos jovens abandonam o Interior porque não encontram habitação disponível, emprego qualificado, serviços próximos nem previsibilidade para construir projetos de vida. Quando as condições existem, a vontade de permanecer existe também.

As medidas propostas incluem:

- Linhas de crédito bonificado para habitação, reabilitação e investimento produtivo;
- Recuperação de património devoluto do Estado para habitação acessível destinada a jovens, professores, médicos e trabalhadores deslocados;
- Desenvolvimento de infraestrutura de teletrabalho com cobertura digital total e centros de coworking que transformem o Interior num polo nacional de trabalho remoto e de atração de novos residentes;
- Firmar um programa de atração a profissões críticas, por exemplo médicos, para o interior, designadamente por meio da oferta de habitação a custos controlados e incentivos fiscais, garantindo um serviço de saúde próximo, mas procurando continuar a expandir a telemedicina.

### **Fiscalidade diferenciada e competitividade**

O Interior precisa de medidas permanentes, previsíveis e diferenciadas.

Propõe-se:

- Reduzir a carga contributiva para empresas exportadoras e para investimentos qualificados;
- Reforma administrativa que reforce a capacidade dos territórios para captar e executar investimento, sobretudo o licenciamento de projetos de investimento privado;
- Prorrogação do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) para empresas sediadas no Interior;
- Incentivos à criação de empresas de base tecnológica e à emissão de obrigações verdes;
- Mobilização responsável e criteriosa do potencial do Interior nas energias renováveis - com respeito pela sustentabilidade e o uso responsável dos recursos -, comunidades energéticas, bioeconomia, gestão florestal sustentável, agroindústria e valorização de produtos endógenos.

O Interior pode liderar a transição energética e a economia verde de Portugal.

## Política industrial com distribuição espacial

A reindustrialização do país deve ter uma lógica territorial explícita. Não basta criar emprego industrial, é necessário criá-lo onde ele mais faz falta.

A política industrial para o Interior assenta em três vetores estratégicos complementares:

- Instituições de ensino superior como âncoras de desenvolvimento: o Instituto Politécnico de Castelo Branco e a Universidade da Beira Interior são polos de inovação e transferência de conhecimento que devem ser articulados com clusters empresariais, laboratórios, centros de I&D e formação avançada nas áreas de excelência de cada território: energia, agroindústria, saúde, têxtil ou tecnologia digital.
- Dimensão transfronteiriça da Beira Baixa: a fronteira com a Extremadura espanhola é um ativo estratégico em cadeias de valor ibéricas, logística, energia interligada, gestão partilhada de recursos hídricos e acesso conjunto a fundos europeus. A cooperação transfronteiriça deve ser encarada como vantagem competitiva.
- Internacionalização de start-ups do Interior: criar um programa específico com acesso facilitado a aceleradoras europeias, apoios a missões e feiras internacionais, ligação a redes de diáspora qualificada e incentivos à captação de capital externo. O objetivo é transformar start-ups nascidas no Interior em empresas globais com raízes e impacto local;
- Revisão da Fórmula de Financiamento das Instituições de Ensino Superior, por forma a corrigir o subfinanciamento crónico da Universidade da Beira Interior.

## Infraestruturas, mobilidade e investimentos prioritários

Portugal não pode ter territórios de segunda no acesso à mobilidade e à conectividade.

As prioridades são:

- Melhorar as ligações ferroviárias a Lisboa, Porto e Salamanca, incluindo as Linhas da Beira Alta e da Beira Baixa;
- Reforçar os eixos rodoviários IC31\*, IC8, EN238, IC6 e os corredores fronteiriços da raia;
- Garantir cobertura digital de alta velocidade sem zonas brancas ou cinzentas;
- Avançar com o Regadio da Cova da Beira - fase 2;
- Criar um centro europeu de I&D em inteligência artificial aplicada ao território;
- Apoiar a reindustrialização verde assente em água, floresta, hidrogénio verde e novos materiais descarbonizados.

\*O PSD Distrital Castelo Branco reconhece e enaltece o esforço do atual Governo da AD de ter avançado finalmente com os estudos e futuras adjudicações do IC31, uma via estratégica para o Interior.

## Lei eleitoral e representação democrática do Interior

A coesão territorial tem também uma dimensão democrática. Qualquer alteração à lei eleitoral, na dimensão dos círculos, no método de conversão de votos em mandatos ou na fórmula de distribuição de deputados, deve assegurar uma forte representação dos territórios do Interior.

A concentração demográfica no litoral não pode traduzir-se em domínio absoluto das prioridades legislativas e orçamentais. A experiência comparada europeia mostra que os países com maior coesão territorial protegem explicitamente a diversidade geográfica da representação política.

Um Parlamento que não reflita o território não representa verdadeiramente o país.

## Deliberação Política

Portugal está bem a tempo de recuperar população, atrair empresas e transformar o Interior em oportunidade. Um Interior mais desenvolvido é bom para Portugal!

É necessário agir agora, com continuidade estratégica, coragem reformista e ambição nacional. Esta moção afirma o compromisso do PSD Distrital de Castelo Branco com uma nova geração de políticas públicas para o Interior, que tratem a coesão territorial como prioridade nacional e reconheçam que nenhum território português deve ser considerado periferia do país.

E a palavra chave é investimento!

A captação de investimento público e privado para o Interior de Portugal é hoje uma condição essencial para uma verdadeira mudança de paradigma nacional. Não se trata apenas de apoiar territórios que perderam população, serviços e oportunidades ao longo de décadas; trata-se de reconhecer que o Interior é parte decisiva da resposta aos grandes desafios do país: habitação, energia, produção, inovação, sustentabilidade, segurança alimentar e coesão territorial.

O mundo mudou. As cadeias económicas reorganizam-se, a transição digital e energética abre novas possibilidades, o trabalho tornou-se mais flexível e os territórios com espaço, recursos naturais, qualidade de vida e capacidade de acolhimento ganharam uma nova centralidade estratégica. Portugal não pode continuar preso a uma visão concentrada no litoral, quando o futuro exige diversidade territorial, novas centralidades económicas e uma utilização mais inteligente de todo o território nacional.

Investir no Interior é, por isso, investir no futuro de Portugal. O investimento público deve criar as condições estruturais, como referimos nos pontos anteriores - acessibilidades, habitação, saúde, educação, conectividade e serviços - e o investimento privado deve transformar essas condições em emprego, inovação, produção e riqueza local. Só com esta aliança entre Estado, empresas, autarquias, instituições de ensino e comunidades será possível transformar o Interior de território esquecido em território de oportunidade, crescimento e soberania nacional.

**O PSD Distrital de Castelo Branco propõe que o PSD assuma, como prioridade nacional, uma agenda integrada para o Interior que:**

- Reconheça os territórios do Interior como territórios estratégicos e mobilize o seu potencial, não apenas compensando as suas fragilidades;
- Reforce o poder efetivo dos Municípios com mais competências, sobretudo ao nível do licenciamento e aceleração das revisões do PDM;
- Revisão da Lei das Finanças Locais que reforce os meios financeiros para os novos desafios e oportunidades que se colocam aos territórios do interior;
- Garanta fiscalidade diferenciada e permanente para famílias, trabalhadores e empresas que vivem, trabalham ou invistam no Interior;
- Mobilize habitação pública, reabilitação urbana e incentivos à primeira habitação para fixar jovens, serviços e talento qualificado;
- Priorize ferrovia, rodovia, conectividade digital e ligações transfronteiriças, para tirar partido da posição ibérica estratégica da Beira Baixa;
- Execute uma política industrial com distribuição espacial, articulando a localização das instituições de ensino superior, a dimensão transfronteiriça e a internacionalização de start-ups;
- Reforce o ensino superior, a ciência, a tecnologia, a inovação empresarial e os centros de I&D no Interior;
- Assegure que qualquer alteração à lei eleitoral salvguarde uma forte representação dos territórios do Interior, com garantias de que as decisões nacionais reflitam a diversidade geográfica do país.

Defender o Interior é preparar Portugal para o futuro: criar novas centralidades económicas, fixar jovens qualificados, reforçar a soberania alimentar e energética e construir um país mais equilibrado, mais justo e mais coeso.



**LIDERANÇA**   
**E COMPROMISSO**